



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

MAYARA DA SILVA DANTAS

**MORTES VIOLENTAS POR CAUSAS INDETERMINADAS E SUAS IMPLICAÇÕES
NO DIMENSIONAMENTO DA VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO NOS ANOS DE
2012 A 2021**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

NOME DO CURSO

MAYARA DA SILVA DANTAS

**MORTES VIOLENTAS POR CAUSAS INDETERMINADAS E SUAS IMPLICAÇÕES
NO DIMENSIONAMENTO DA VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO NOS ANOS DE
2012 A 2021**

TCC apresentado ao Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva

Orientador(a): Prof^a Dra. Lívia Teixeira Souza Maia

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Dantas, Mayara da Silva.

Mortes violentas por causas indeterminadas e suas implicações no dimensionamento da violência em Pernambuco nos anos de 2012 a 2021 / Mayara da Silva Dantas. - Vitória de Santo Antão, 2025.

34 : il., tab.

Orientador(a): Lívia Teixeira Souza Maia

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Saúde Coletiva, 2025.

Inclui referências, anexos.

1. Causas Externas. 2. Violência. 3. Sub-registro. 4. Registros de Mortalidade. 5. Causa Básica de Morte. I. Maia, Lívia Teixeira Souza. (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

MAYARA DA SILVA DANTAS

**MORTES VIOLENTAS POR CAUSAS INDETERMINADAS E SUAS IMPLICAÇÕES
NO DIMENSIONAMENTO DA VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO NOS ANOS DE
2012 A 2021**

TCC apresentado ao Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Saúde Coletiva.

Aprovado em: 26/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dra. Lívia Teixeira Souza Maia (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dra. Petra Oliveira Duarte (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Me. Shirley Jaclanny Martins de Farias (Examinadora Externa)
Fundação Oswaldo Cruz

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força, sabedoria e paciência que me acompanharam durante todo esse percurso. Sem a Sua graça, não teria sido possível chegar até aqui.

Aos meus pais Maria José e Luciano e meus irmãos Lucas, Maria Lorrany, Maria Lorena, gratidão por todo o amor, apoio incondicional e ensinamentos ao longo da minha vida. A vocês devo toda garra que me impulsionou a seguir em frente, mesmo diante dos desafios.

Ao meu companheiro Leonardo Vitor, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e nos mais felizes, me incentivando e sempre acreditando em mim, oferecendo todo o apoio e compreensão. Sua presença fez toda a diferença.

À minha melhor amiga, Vanessa, pela amizade verdadeira, pela parceria e por sempre estar disposta a me ajudar, seja nos momentos de dúvida ou de comemoração. Sua amizade é um dos maiores presentes que a vida me deu.

Por fim, à minha orientadora, Livia Teixeira, agradeço pela paciência, dedicação e orientação durante todo o processo. Sua sabedoria e visão foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução e características das mortes violentas por causas indeterminadas em Pernambuco no período de 2011 a 2021 e suas implicações no dimensionamento da violência. Trata-se de um estudo ecológico cuja população são os óbitos por eventos com intenção indeterminada. Foram analisados os óbitos por causas externas registrados como “eventos” e o número de mortes violentas por causas intencionais e homicídios. Os dados de óbitos foram extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizado pelo DATASUS (Departamento de informática do Sistema único de Saúde); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).(PE), pertencente à região nordeste do Brasil. Os dados mostram um registro de 38.389 homicídios no estado de Pernambuco entre os anos de 2012 a 2021. A média anual foi de 3.839 homicídios, mais de 10 mortes violentas por dia no estado, mas no ano de 2017 o Estado registrou a maior taxa (55,4) e o ano de 2021 a menor (41,6), apresentando uma leve redução no ano de 2018. Ao explorar uma comparação entre o número de homicídios registrados pelo FBSP e pelo SIM, há uma diferença expressiva nos padrões de notificações de mortes violentas. Estes dados que mostram que subnotificações são os principais responsáveis pela falta de transparência das estatísticas no país e no Estado de Pernambuco, as subnotificações tanto resultam na deficiência de padronização para descrição dos óbitos quanto o nível de preparo e comprometimento dos profissionais em investigar adequadamente estes dados, principalmente quando trata-se de mortes violentas para grupos mais vulneráveis.

Palavras-chave: causas externas. violência. sub-registro. registros de mortalidade. causa básica de morte

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution and characteristics of violent deaths from undetermined causes in Pernambuco from 2011 to 2021 and its implications for the dimensioning of violence. This is an ecological study whose population consists of deaths from events with undetermined intent. Deaths from external causes registered as “events” and the number of violent deaths from intentional causes and homicides were analyzed. Death data were extracted from the Mortality Information System (SIM), made available by DATASUS (IT Department of the Unified Health System); Brazilian Public Security Forum (FBSP) (PE), belonging to the northeastern region of Brazil. The data show a record of 38,389 homicides in the state of Pernambuco between 2012 and 2021. The annual average was 3,839 homicides, more than 10 violent deaths per day in the state, but in 2017 the state recorded the highest rate (55.4) and in 2021 the lowest (41.6), showing a slight reduction in 2018. When exploring a comparison between the number of homicides recorded by FBSP and SIM, there is a significant difference in the patterns of notifications of violent deaths. These data show that underreporting is the main reason for the lack of transparency in statistics in the country and in the state of Pernambuco, underreporting results both in the lack of standardization for describing deaths and in the level of preparation and commitment of professionals to adequately investigate these data, especially when it comes to violent deaths for more vulnerable groups.

Keywords: external causes. violence. underreporting. mortality records. underlying cause of death

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Aspectos Conceituais	10
2.2 Cenário Epidemiológico das Mortes Violentas Intencionais	10
2.3 Mortes violentas por Causas Indeterminadas (MVCI)	12
2.4 sistemas de Informação e Registro das Mortes Violentas no Brasil	13
2.5 Subnotificação e Ocultação de Homicídios	15
3 OBJETIVOS	17
3.1 Objetivo Geral	17
3.2 Objetivos Específicos	17
4 METODOLOGIA	18
5 RESULTADOS	20
6 DISCUSSÃO	26
7 CONCLUSÕES	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O homicídio envolve qualquer dano, lesão ou agressão de maneira intencional de matar, podendo ser praticado de forma individual ou em grupos que agem em conjunto (Souza; Pinto; Ribeiro, 2020).

Em 2021, foram registradas 458.000 mortes no mundo, uma média de 52 assassinatos por hora (UNODC, 2023). No Brasil, devido ao contexto histórico de conflitos e violências, no ano de 2019 foram registrados 45.503 óbitos.

Entre 2017 e 2023, o Brasil teve uma redução de 27,7% nas mortes violentas intencionais, superando a média regional da América Latina e Caribe. No entanto, a taxa de homicídio no país permanece cerca de quatro vezes maior que a média global e o Brasil responde por aproximadamente 10% dos homicídios mundiais (UNODC, 2023).

No entanto, observa-se que a diminuição no número de homicídios no Brasil a partir de 2018 foi acompanhada por um aumento da taxa das mortes violentas por causas indeterminadas (MVCI) (Cerqueira, Bueno, 2020). As MVCI são entendidas como as causas de morte nas quais não foi possível identificar a razão fundamental que levou ao falecimento, ou seja, nas quais não é possível esclarecer o que originou o evento que sucedeu à morte (Cerqueira; Bueno, 2020).

A distribuição das MVCI no Brasil mostra que na região Sudeste, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no Norte do país, Roraima, e na região nordeste, a Bahia foi um estado que mais registraram as maiores taxas de MVCI (Cerqueira; Bueno, 2023).

Essa crescente incerteza sobre a intencionalidade dos óbitos pode impactar negativamente tanto a saúde pública, quanto aos planejamentos de ações em políticas, uma vez que, a real dimensão dos homicídios, suicídios ou acidentes não é conhecida, podendo-se levar a uma compreensão distorcida da realidade da violência no país (Preis et al., 2018).

Através das inexatidões nos registros de óbitos, advém a subnotificação de homicídios, ou seja, mortes que foram intencionalmente causadas podem não ser identificadas como homicídios devido a falhas nas investigações ou outros motivos (Jesus; Mota, 2010). A ocultação dos dados de homicídio impacta no real dimensionamento da violência, uma vez que as subnotificações que comprometem a capacidade de compreender a dimensão do problema, e por consequência, implicam

na adoção de estratégias eficazes para o enfrentamento do problema (Jesus; Mota, 2010).

O desenvolvimento deste trabalho assume relevância ao discutir o aumento dos registros de mortes violentas por causas indeterminadas e suas implicações na real dimensão da violência no estado de Pernambuco, o que pode comprometer planejamento e implementação de políticas públicas mais eficazes que visem a redução do enfrentamento da violência no estado. Diante disto, o estudo traz a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a evolução das mortes violentas por causas indeterminadas (MVCI) e dos homicídios em Pernambuco no período de 2012 a 2021 e suas implicações no dimensionamento da violência no Estado?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos conceituais

A definição de homicídio envolve “o ato de romper o ciclo de vida humana do outro”. O artigo N° 121 do código penal brasileiro estabelece que este crime se presume em matar alguém, violando o direito à vida do outro (Abreu, 2021). Do ponto de vista jurídico, este crime tem três classificações. A primeira, o homicídio simples, podendo ser praticado por qualquer indivíduo tendo a consequência da pena de seis a vinte anos. Já o homicídio qualificado tem características mais específicas, como o assassinato seguido de algo, como torturas, envenenamentos, feminicídios, contra menores de quatorze anos e entre outros, podendo gerar uma reclusão de doze a trinta anos (Abreu, 2021).

Por último, o homicídio culposo, a morte seria uma decorrente por um ato de irresponsabilidade do culpado, muito comum em acidentes de trânsito, ocorrendo quando envolvem condutas perigosas na falta de atenção passagem de pedestres, dirigir alcoolizado ou fixado em outras situações que não seja a do volante, a pena pode aumentar diante a atitude que o indivíduo reage na hora do episódio, como prestar socorro imediato (Abreu, 2021).

De acordo com a última revisão da CID-10, os óbitos causados por agressões são classificados como ações violentas intencionais que resultaram na morte de um indivíduo, podendo incluir homicídios dolosos e latrocínios, códigos X85-Y09 (Nóbrega Júnior, 2017).

2.2 Cenário Epidemiológico das Mortes Violentas Intencionais

Segundo relatório estatístico do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) as estimativas globais de homicídios intencionais em 2021 apontam para 458.000 mortes no mundo, uma média de 52 vítimas por hora. A região das Américas é a que apresenta maior risco de mortes violentas intencionais, com uma taxa de mortalidade de 15,0 a cada 100 mil habitantes, seguido da África (12,7/100mil hab). A Ásia e a Europa são os continentes com menor taxa de mortalidade, 2,3 e 2,2 por 100 mil habitantes, uma taxa 62% menor do que a global

(5,8/100mil habitantes) (UNODC, 2023).

Ainda segundo o relatório da UNODC (2023), apesar de não figurar entre os dez países com maiores taxas de homicídio, tendo registrado taxa de 21,26 por 100 mil habitantes em 2021, o Brasil lidera o ranking de países com maior número absoluto de homicídios, com 45.562 mortes, seguido da Nigéria (44.200). O relatório destaca que os 10 países com maior número de mortes somam mais de 50% das vítimas de homicídio no mundo, apesar de representarem apenas 37% da população global (UNODC, 2023).

De acordo com informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, entre o ano de 2017, ano em que o país atingiu o pico de mortes violentas intencionais (MVI) com 64.079 óbitos e, 2023, com 46.328 mortes, observa-se um movimento acentuado de redução, iniciado em 2018, da ordem de -27,7%. Esse declínio é mais expressivo do que o que tem sido observado na América Latina e Caribe como um todo, cuja taxa regional caiu 19,2% entre 2017 e 2021 (Brasil, 2024b).

Porém, em termos globais, a taxa de MVI no país é quase quatro vezes maior do que a taxa mundial de homicídios (5,8 mortes por 100 mil habitantes). Ademais, embora no Brasil vivem aproximadamente 3% da população mundial, o país, sozinho, responde por cerca de 10% de todos os homicídios cometidos no planeta (Brasil, 2024b).

Ainda segundo as informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), apesar da redução da taxa de mortalidade no Brasil, por 100 mil habitantes em 2023, em relação ao ano anterior observou-se um crescimento das MVI em seis Unidades da Federação da Brasil: Amapá (39,8%), Mato Grosso (8,1%), Mato Grosso do Sul (6,2%), Pernambuco (6,2%), Minas Gerais (3,7%) e Alagoas (1,4). Já em outros 20 estados, houve redução, sendo as maiores verificadas em Rondônia (-14,2%), Rio Grande do Norte (-13,9%) e Paraná (-12,8%). Destaca-se ainda que 18 unidades da federação mantêm taxas acima da média nacional (22,8/100 mil hab), dentre as quais está o estado de Pernambuco, com taxa de 40,2 a cada 100 mil habitantes (Brasil, 2024b).

Ao analisar a tendência e distribuição da taxa de mortalidade por homicídios (TMH) segundo porte populacional dos municípios do Brasil, entre os anos de 2000 e 2015, Soares Filho, Duarte, e Merchan-Hamann (2020), identificaram que o risco de morte por homicídio aumentou expressivamente nos municípios de pequeno e

médio porte, embora ainda apresentem as menores TMH. Exceto no Sudeste e em áreas não metropolitanas, a taxa também cresceu nos municípios de grande porte.

O aumento de homicídio em todos os portes populacionais foi majoritariamente em estados das regiões Nordeste e Sul, enquanto o risco reduziu para as três categorias de município somente em estados do Sudeste (Soares Filho; Duarte; Merchan-Hamann, 2020).

Ainda segundo esses autores, o Brasil apresenta maiores TMH em municípios de grande porte, particularmente de áreas metropolitanas, associadas ao uso de arma de fogo, e tendo como vítimas principalmente jovens do sexo masculino (Soares Filho; Duarte; Merchan-Hamann, 2020).

Em relação ao perfil das vítimas, estudo realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (2023), o risco de homicídio entre homens jovens é 8,1 vezes maior que o risco em mulheres jovens, e o risco entre pessoas adultas jovens é 2,5 vezes maior que o risco em adolescentes (Sanhueza et al, 2023). Segundo Oliviera, Luna e Silva (2020) jovens do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos que residem nas periferias das cidades ou favelas fazem parte do perfil epidemiológico da violência homicida no país.

2.3 Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI)

As Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI) ocorrem quando não há uma causa básica conclusiva ou o motivo que gerou o falecimento, resultado de um suicídio, acidente, agressão ou homicídio (Souza, Pinto, Ribeiro, 2020). Essa falta de detalhamento reflete fragilidades do compartilhamento necessário no trabalho entre os setores das equipes de profissionais responsáveis pelas fichas de óbito. (Cerqueira; Bueno, 2020).

Estimativas do Atlas da Violência (2024) apontam que entre 2012 e 2022, 131.562 pessoas morreram de morte violenta sem que o Estado conseguisse identificar a causa básica do óbito, se decorrente de acidentes, suicídios ou homicídios, as chamadas Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI) (Brasil, 2024). As MVCI corresponderam entre 2010 a 2021, 7,94% dos óbitos por causas externas no Brasil, essa taxa exhibe desempenho similar aos países com piores resultados deste indicador (Cerqueira, 2024a).

No período de 2010 e 2021 observa-se dois padrões temporais das MVCI. Entre os anos de 2010 e 2017 verifica-se uma redução na taxa de MVCI, ainda assim, não foi possível identificar em média a intencionalidade de 9.905 óbitos ao ano no Brasil. Porém, no quadriênio a partir de 2018 ocorreu um aumento nas MVCI, com taxa média de 6,73 MVCI por cem mil habitantes, e uma média de 14.209 óbitos sem intencionalidade identificada (Cerqueira, 2024a).

Quando analisada a distribuição das MCVI por unidades da federação do Brasil, destacam-se Roraima, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro com as mais altas taxas de mortalidade violenta por causas indeterminadas (Brasil, 2023). Segundo Vasconcelos (2023), a taxa de MVCI em Pernambuco subiu 19,5% entre os anos de 2009 e 2019, elevada e crescente incerteza sobre a intencionalidade dos óbitos.

Ignorar a ocorrência das MVCI pode influenciar no diagnóstico e formulação de políticas públicas. Afinal, as MVCI são na realidade, homicídios, acidentes ou suicídios não identificados, isto é, a contagem dos óbitos sem intencionalidade conhecida apresenta diagnóstico parcial de realidade obscurecida pela indefinição das causas de morte.

2.4 Sistemas de informação e o registro das mortes violentas no Brasil

Dentre os principais sistemas de informações, destaca-se o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), criado em 1975 e informatizado em 1979, tendo como finalidade reunir dados sobre óbitos ocorridos no Brasil. Esse sistema é considerado uma importante ferramenta de gestão na área da saúde, subsidiando as políticas de saúde (Pinto; Freitas; Figueiredo, 2018).

No SIM, a coleta de dados sobre mortes violentas é feita através de registros oficiais detalhados da declaração de óbito (DO), sendo o médico o único responsável pela sua emissão e preenchimento da causa do falecimento (Borges et al., 2012). Além disso, são protocolados boletins de ocorrência policial, contendo detalhes e dados dos envolvidos, há todos esses processos para que haja a garantia de esclarecimentos fundamentados (Borges et al., 2012).

Nos registros de morte por causa externa do SIM, a declaração de óbito é

emitida por médico-legista, após laudo pericial cadavérico (Brasil, 2022). Com base no exame pericial e nas informações prestadas por familiares, indivíduos que socorreram a vítima ou pela polícia, o médico-legista estabelece a causa básica da morte.

Assim, pode ser possível estabelecer se a morte foi ocasionada por acidentes, suicídio, agressões, intervenções legais e operações de guerra, MVCI ou complicações de assistência médica, sequelas médicas ou acidente natural. A partir das informações registradas pelo médico-legista, os codificadores das secretarias municipais e estaduais de saúde preenchem a causa básica de óbito. Na impossibilidade de distinguir entre homicídio, acidente e suicídio, a causa básica é classificada como MVCI (Cerqueira; Lins, 2024).

Recomenda-se novos estudos que possam mensurar aspectos mais profundos secretarias municipais e estaduais de saúde preenchem a causa básica de óbito. Na impossibilidade de distinguir entre homicídio, acidente e suicídio, a causa básica é classificada como MVCI (Cerqueira; Lins, 2024).

Apesar de sua grande funcionalidade para produção de informações que orientam a tomada de decisão e promovem melhorias da gestão pública, o SIM ainda apresenta limitações sobre a qualidade dos dados (Soares Filho, Duarte; Merchan-Hamann, 2020).

Segundo Messias et al., (2016) a maioria das falhas estão relacionados ao preenchimento inadequado da DO, informações em branco e variáveis ignoradas. Além disso, embora tenha havido uma redução na proporção de mortes por causas mal definidas, ainda existem desafios na especificação das causas dentro das categorias que pertencem ao CID-10.

Com iniciativa de melhorar as fragilidades que o SIM apresenta, foi criado um aplicativo nomeado de Seletor de Causa Básica (SCB), conseguindo detalhar as causas e outros fatores patológicos que levaram o indivíduo a óbito (Borges et al., 2012).

Para aperfeiçoar a qualidade dos dados do SIM, foram implementadas intervenções como realizações de campanhas de sensibilização para órgãos responsáveis pela gestão e coordenação dos serviços e políticas de saúde pública, diretores de hospitais e equipes de atenção primária, implementação de protocolos padronizados que investigam a causas de morte por códigos em alas de hospitais, execução de um software, que automatiza a codificação da causa da morte, além da

criação de um dicionário de dados e validação de codificadores, desenvolvimento de materiais instrutivos e interativos, como um aplicativo de celular denominado Atestado e exercícios práticos, para auxiliar médicos no preenchimento adequado dos atestados (Marinho, 2019).

2.5 Subnotificação e Ocultação de Homicídios

No decorrer do tempo, houve um impacto na precisão dos dados sobre homicídios no Brasil, afetando a credibilidade técnica em relação ao dimensionamento da violência letal (Cerqueira; Bueno, 2020). Estudo realizado por Cerqueira; Lins (2020) mostra que as mortes violentas que são consideradas como MCVI ou mortes naturais na realidade mascaram ou subestimam o registro de homicídios, impedindo conhecer a verdadeira magnitude da violência homicida em uma determinada região.

A ausência de clareza nas causas dos óbitos acaba impossibilitando a análise de magnitude e tendências dos homicídios, comprometendo a avaliação da efetividade das políticas públicas e intervenções voltadas para a violência.

Uma análise realizada por Cerqueira; Lins (2024a) que comparou a relação entre a taxa de MVCI e o índice de não preenchimento das declarações de óbito demonstraram que a falta de informações sobre a causa do óbito distorce as estimativas de mortalidade, camuflando o real número de homicídios. Ainda segundo esses autores, os estados brasileiros com melhores indicadores, em termos de preenchimento, tendem a apresentar melhor qualidade nos dados sobre a causa de mortes violentas.

A falta de clareza não só dificulta a avaliação da qualidade dos dados, mas também contribui para a incerteza sobre a prevalência da violência letal, podendo ser na verdade homicídios ocultos homicídios ocultos, que, são aquelas mortes, provavelmente decorrentes de assassinatos, mas como não são registradas como tal, não entram na base de dados. (Cerqueira, 2024a).

Para estimar esse problema, Cerqueira; Lins (2024) utilizaram uma metodologia que identificava os casos que não foram reconhecidos nas estatísticas oficiais. Um exemplo significativo encontrado no Rio de Janeiro em 2014 revelou que até 40% dos homicídios ocultos superaram os números registrados em sites oficiais.

Perante o exposto, a subnotificação de homicídios pode comprometer a

interpretação dos dados epidemiológicos, a avaliação das políticas públicas, além da capacidade de identificar as áreas mais afetadas e as populações mais vulneráveis, dificultando a formulação de estratégias eficazes para a diminuição da violência criminal (Cerqueira, 2024).

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução das mortes violentas por causas indeterminadas (MVCI) e dos homicídios em Pernambuco no período de 2012 a 2021 e suas implicações no dimensionamento da violência no estado.

4.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar a evolução temporal das mortes violentas por causas indeterminadas e por homicídio em Pernambuco no período de 2012 a 2021;
- b) Comparar o número de homicídios registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) com o número de mortes violentas por causas intencionais e as estimativas corrigidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em Pernambuco nos anos de 2012 a 2021.

5 METODOLOGIA

Trata-se de estudo, descritivo, quantitativo, do tipo ecológico das mortes violentas por causas indeterminadas e dos homicídios em Pernambuco entre os anos de 2012 e 2021. Os estudos ecológicos têm como característica principal considerar como unidade de análise coletivo ou grupos, comparando-os. Esses estudos não são compatíveis com amostras individuadas. Os estudos descritivos, por sua vez, analisam os fatores que influenciam a incidência ou prevalência de uma doença ou agravo de saúde, descrevendo suas características segundo tempo, pessoa e lugar (Bedaque; Bezerra, 2018).

A área do estudo foi o estado de Pernambuco (PE), pertencente à região nordeste do Brasil, tendo uma população estimada de 9.058.931 habitantes no ano de 2022, possuindo uma densidade demográfica de 92,37 hab/km² e 1.415,19 km² de área urbanizada estimada no ano de 2019 (IBGE, 2023). O estado conta com 184 municípios e a ilha de Fernando de Noronha, possuindo 12 Gerências Regionais de Saúde (GERES) (IBGE, 2023).

A população estudada foram os óbitos por causas externas registrados como “eventos cuja intenção é indeterminada” registrados com os códigos Y10 a Y34, segundo a Classificação Internacional das Doenças, décima revisão (CID-10) e óbitos por agressão (códigos X85-Y09 – CID 10). Foram também analisados o número de mortes violentas por causas intencionais e homicídios projetados (corrigidos) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O período de estudo, foi um recorde de 10 anos (2012 a 2021).

Os dados de óbitos foram extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizado pelo DATASUS (Departamento de informática do Sistema único de Saúde). Também foram utilizados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Foram analisadas as seguintes variáveis:

- a) Mortalidade por causas violentas cuja intenção é indeterminada (MVCI) – número de óbitos, taxa (100.000hab) e proporção (em relação ao total das causas externas) registrados no SIM;

- b) Mortalidade por homicídios (agressão) – número de óbitos, taxa (100.000hab) e proporção (em relação ao total das causas externas) registrados no SIM;
- c) Mortalidade violenta por causas intencionais/homicídios - número de óbitos e taxa de mortalidade (100.000hab) registrado pelo FBSP;
- d) Mortalidade violenta projetada pelas correções do FBSP– número e taxa de mortalidade (100.000hab).

A tendência temporal das taxas de mortalidade no período de 2012 a 2021 foi estimada por meio do método de *joinpoint regression*. Este método permite analisar tanto tendências significantes quanto os pontos de inflexão, conhecidos como *joinpoints*; ou, ainda, momentos em que uma alteração significativa de tendência ocorre ao longo do tempo (National Cancer Institute. *Joinpoint Trend Analysis Software*. 2022).

Foram estimadas as variações percentuais anuais (APC) a Variação Percentual Anual Média (AAPC) para o período do estudo, seus respectivos intervalos de confiança (IC95%) e significância estatística (p-valor). Essa análise foi realizada utilizando o programa estatístico *Joinpoint Trend Analysis* versão 4.9.0.1.

Para análise comparativa entre as mortes violentas por causas intencionais e homicídios corrigidos pelo FBSP com os homicídios registrados no SIM, foi utilizada a diferença absoluta, calculada pela subtração dos valores do número e taxa de mortalidade dos dados do FBSP e os valores registrados no SIM.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de dados secundários, de domínio público, garantindo a confidencialidade das informações pessoais. Assim, foi dispensada a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016.

6 RESULTADOS

Foram registrados 38.389 homicídios em residentes do estado de Pernambuco entre os anos de 2012 a 2021. A média anual foi de 3.839 homicídios por ano, mais de 10 mortes violentas por dia no estado. Além disso, observou-se que os homicídios em Pernambuco representam 46.2% das causas externas no período. A taxa de mortalidade por homicídio em Pernambuco, no período, foi de 40,8 óbitos a cada 100.000 habitantes, sendo no ano 2017 que se registrou a maior taxa (55,4) e o ano de 2021 a menor (41,6) (Tabela 1). Em relação às MVCI, no período de 2012 a 2021 foram registrados um total de 7.991 óbitos, o que representa 9,6% das causas externas e uma taxa de mortalidade de 8,5 a cada 100 mil habitantes. 2020 destacou-se como o ano com o maior número de MVCI (1.085), enquanto 2012 apresentou o menor (556) (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de óbitos, proporção e taxa de mortalidade por homicídios e por mortes violentas por causas indeterminadas (MCVI) registradas no SIM, segundo ano. Pernambuco, 2012 a 2021.

Ano	Homicídios			MVCI		
	N	%	Taxa	N	%	Taxa
2012	3326	44.4	37.2	556	7.4	6.2
2013	3124	42.8	33.9	732	10.0	7.9
2014	3358	44.9	36.2	557	7.4	6.0
2015	3847	46.8	41.2	842	10.3	9.0
2016	4440	48.7	47.2	859	9.4	9.1
2017	5415	55.4	57.2	637	6.5	6.7
2018	4188	48.5	44.1	812	9.4	8.6
2019	3474	42.4	36.4	958	11.7	10.0
2020	3782	43.7	39.3	1085	12.5	11.3
2021	3435	41.6	35.5	953	11.5	9.9
Total	38389	46.2	40.8	7991	9.6	8.5

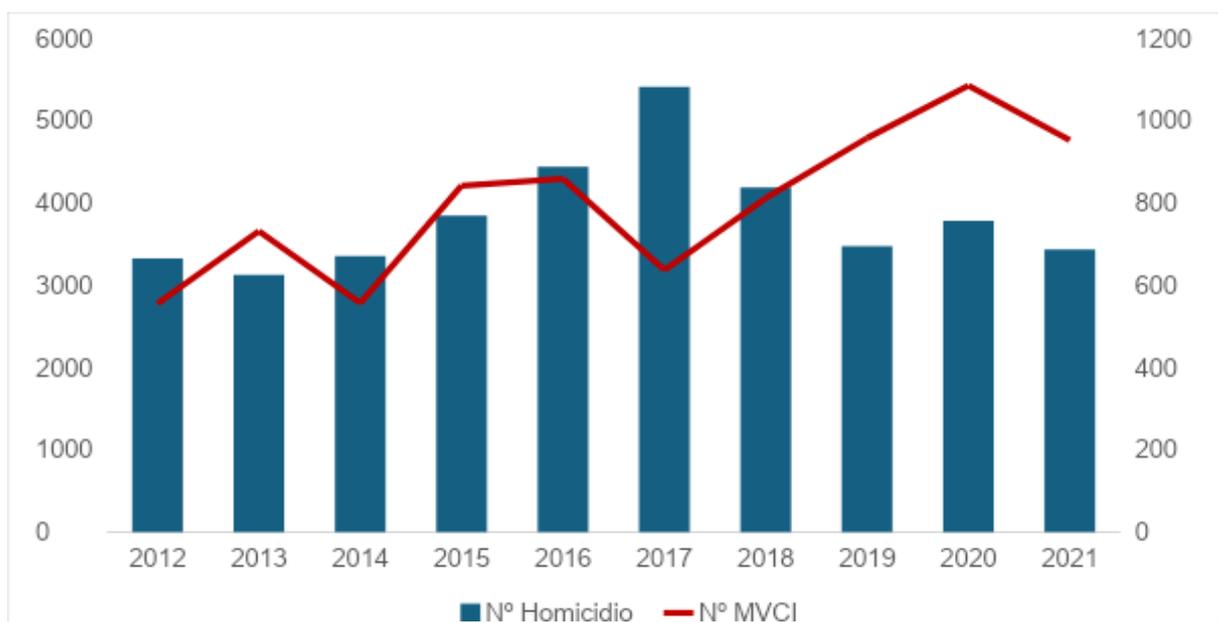
Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM

Nota: % - Proporção em relação ao total de causas externas

Taxa – Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes.

Conforme pode-se observar no gráfico 1, houve aumento no número de homicídios em Pernambuco até o ano de 2017, seguido de uma redução desses óbitos a partir de 2018. Por outro lado, de 2018 em diante, enquanto os homicídios reduziram, as mortes por causas indeterminadas aumentaram. Cabe ainda destacar que no ano de 2017, quando se registrou maior número de homicídios, se observou menor número de MVCI (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de óbitos por homicídios e por mortes violentas por causas indeterminadas (MCVI) registradas no SIM, segundo ano. Pernambuco, 2012 a 2021.



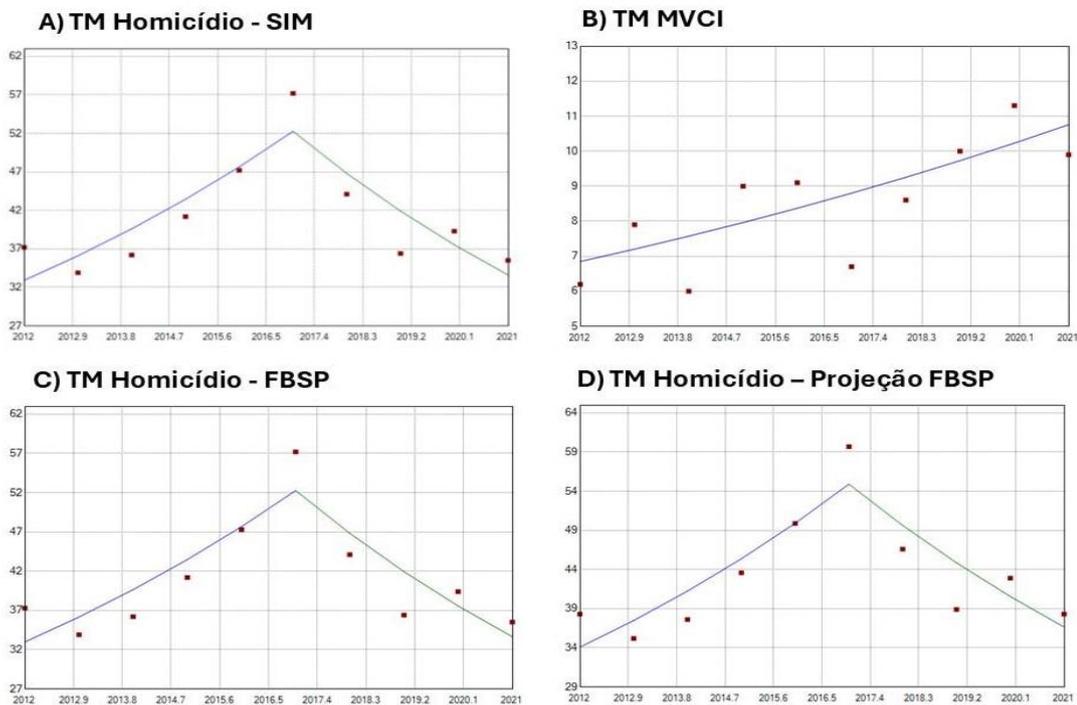
Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM

A figura 1 e a tabela 2 apresentam a análise de tendência temporal das taxas de mortalidade por homicídios registrados no SIM, da taxa de mortalidade por MVCI no SIM, a taxa de homicídios registrados pelo FBSP e as estimativas corrigidas de homicídios estimados pelo FBSP em Pernambuco entre os anos de 2012 a 2021.

A TM de homicídio apresentou de 2012 a 2017 uma tendência significativa de crescimento ($APC=9,7$ e p -valor 0,012), seguida de uma tendência de redução também significativa ($APC=-10,5$ e p -valor 0,026). Para a taxa de MVCI, o ajuste do modelo considerou o período de 2012 a 2021, no qual observou-se uma tendência de crescimento significativa ($APC=5,1$ e p -valor=0,010).

O comportamento da tendência temporal da taxa de mortalidade por homicídios registrada pelo FBSP e as estimativas corrigidas, apresentam-se muito semelhantes ao observado nos dados do SIM. Embora com variações nos valores das estimativas da série temporal, verifica-se padrão semelhante de aumento das mortes violentas de 2012 a 2017, seguido de um declínio dessas taxas a partir de 2018.

Figura 1 – Tendência temporal das taxas de mortalidade (por 100.000hab) por homicídios registrados no SIM (A), por MVCI no SIM (B), por homicídios registrados pelo FBSP (C) e as estimativas corrigidas pelo FBSP (D). Pernambuco, 2012 a 2021.



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM e do FBSP

Tabela 2 – Estimativas da Tendência temporal das taxas de mortalidade (por 100.000hab) por homicídios registrados no SIM, por MVCI no SIM, por homicídios registrados pelo FBSP e pelas estimativas corrigidas pelo FBSP. Pernambuco, 2012 a 2021.

Indicador	Taxa Média (2012/2021)	Estimativas Modelo Final - JoinPoint							
		Segmento	Inicial	Final	APC	AAPC	IC 95%		P-Valor
TM Homicídio SIM	40.8	1	2012	2017	9.7		3.1	16.7	0.012
		2	2017	2021	-10.5		-18.2	-2.0	0.026
		Coorte	2012	2021		0.2	-3.7	4.3	0.911
TM MCVI	33.1	1	2012	2021	5.1		1.6	8.8	0.010
		Coorte	2012	2021		5.1	1.6	8.8	0.010

TM Homicídio FBSP	40.8	1	2012	2017	9.6		3.0	16.7	0.013
		2	2017	2021	-10.4		-18.3	-1.8	0.027
		Coorte	2012	2021		0.2	-3.8	4.4	0.915
TM Homicídio - Projeção do FBSP	43.1	1	2012	2017	10.0		3.3	17.2	0.012
		2	2017	2021	-9.6		-17.4	-1.1	0.035
		Coorte	2012	2021		0.8	-3.2	5.0	0.697

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM e do FBSP

A tabela 3 apresenta uma análise comparativa no número de homicídios registrados em Pernambuco entre os anos de 2012 e 2021, considerando dados do SIM, do FBSP e as projeções (estimativas) do FBSP. Observa-se que no SIM foram registrados 38.389 homicídios, enquanto que o FBSP registrou 38.411 e as projeções do FBSP indicam um total ainda superior, de 40.554 homicídios.

Tabela 3 – Número de homicídios registrados pelo SIM, pelo FBSP e a partir da projeção dos homicídios corrigidos pelo FBSP, segundo ano. Pernambuco, 2012 a 2021.

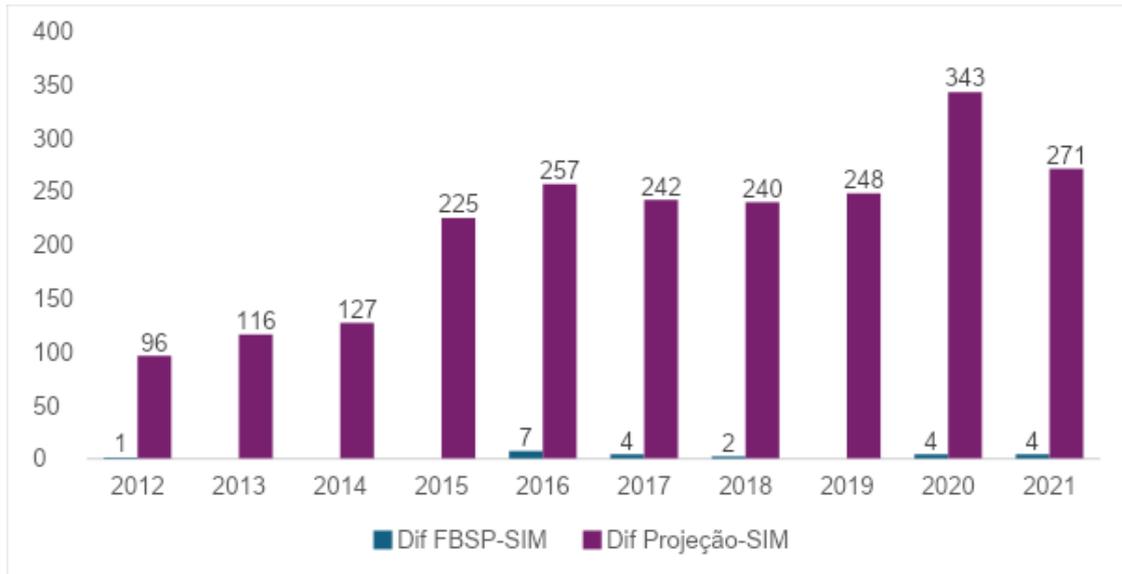
Ano	Nº Homicídios		
	SIM	FBSP	Projeção FBSP
2012	3326	3327	3422
2013	3124	3124	3240
2014	3358	3358	3485
2015	3847	3847	4072
2016	4440	4447	4697
2017	5415	5419	5657
2018	4188	4190	4428
2019	3474	3474	3722
2020	3782	3786	4125
2021	3435	3439	3706
Total	38389	38411	40554

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM e do FBSP

Ao explorar uma comparação entre o número de homicídios registrados pelo FBSP e pelo SIM, observa-se uma pequena diferença, com uma média de 2 óbitos e um total de 22 óbitos. Porém, na comparação com o número de homicídios

projetados pelas correções do FBSP com o SIM, verifica-se uma diferença mais expressiva, com uma média de 216 óbitos por ano e um total de 2.165 óbitos no período (Gráfico 2).

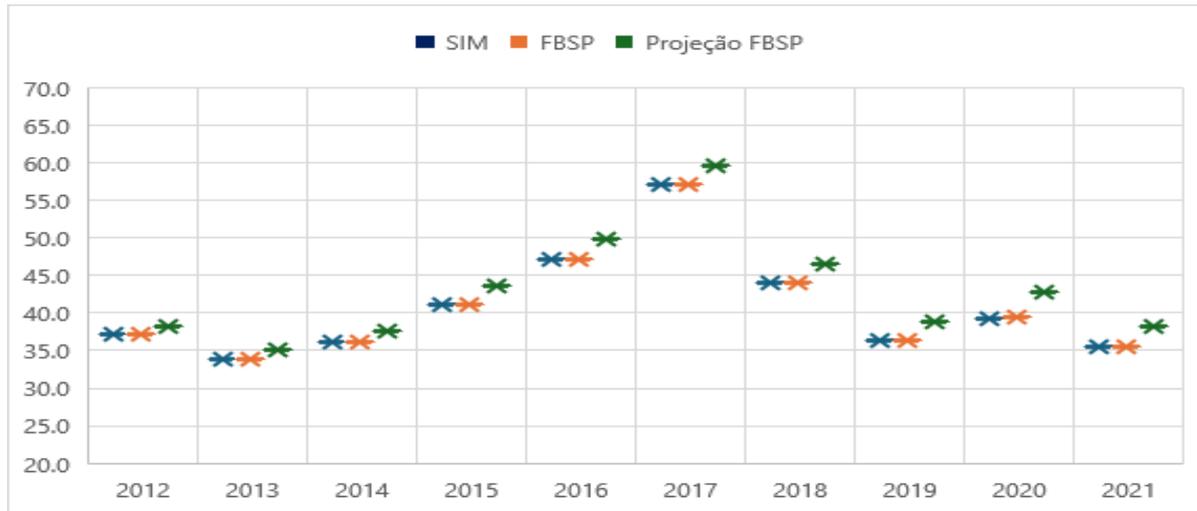
Gráfico 2 – Diferença absoluta entre o número de homicídios registrados pelo FBSP e pelo SIM e pelo número de homicídios projetados pelas correções do FBSP e pelo SIM, segundo ano. Pernambuco, 2012 a 2021.



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM e do FBSP

O gráfico 3 apresenta as taxas de mortalidade calculadas a partir dos dados do SIM, do FBSP e da projeção dos homicídios corrigidos pelo FBSP. É possível constatar que os registros pelo SIM e pelo FBSP são semelhantes ao longo de todo o período. Já as taxas de mortalidade calculadas a partir das estimativas corrigidas mostraram-se maiores em todo o período estimado, em média 5,3%. Porém, a partir de 2018 a diferença é maior, cerca de 7,0%.

Gráfico 3 – Taxa de mortalidade por homicídio (por 100.000 hab) segundo dados do SIM, do FBSP e a partir da projeção dos homicídios corrigidos pelo FBSP, por ano. Pernambuco, 2012 a 2021.



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIM e do FBSP

6 DISCUSSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo ecológico de dados secundários e, apresentando a subnotificação de óbitos por homicídio como objeto da mesma. Dessa forma filtrou-se fontes complementares de informação como dos dados consolidados de mortes violentas pelo FBSP e as projeções estimadas pelo Fórum para correção desses dados.

A ausência de padronização no registro de mortes violentas no país decorre da comunicação ineficiente entre Estados e municípios na geração e divulgação dessas informações. Além disso, observa-se uma deficiência na capacitação dos profissionais responsáveis pelo registro desses dados, o que compromete a qualidade e a confiabilidade das estatísticas (Cerqueira; Lins, 2021).

A falta de alinhamento nos registros de óbitos foi identificada neste estudo como um fator determinante para o mapeamento das mortes no país. No entanto, conforme apontado por Blaschke; Menezes (2020), as notificações de mortes ocultas frequentemente não evidenciam suas causas nem apresentam investigações sobre suas motivações.

Como consequência, essas mortes violentas não são devidamente registradas no contexto estadual e nacional da violência, dificultando sua investigação, repressão e a responsabilização de seus autores. Esse cenário impacta diretamente a precisão das estatísticas de mortalidade e a atuação das forças de segurança.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 indicam que, em 2017, houve um aumento expressivo no número de mortes violentas intencionais, totalizando aproximadamente 64.079 óbitos. Esse número foi classificado como um dos picos históricos de violência letal no país. Além disso, o perfil das vítimas revela uma predominância de jovens, negros, mulheres e pessoas da população LGBTI+, grupos historicamente mais vulneráveis e frequentemente expostos a contextos de maior risco social (Brasil, 2024).

Ao longo de oito anos, analisou-se a variação das taxas de homicídio no Estado de Pernambuco. Os dados indicam que, em 2017, houve um aumento expressivo na taxa de homicídios, atingindo 55,4 mortes para cada 100.000 habitantes.

Blaschke; Menezes (2020) ressaltam que a falta de transparência nas notificações de óbitos afeta diretamente a estimativa de violência, bem como as informações quando apresentadas de forma compatível com a realidade são um requisito fundamental para a formulação, implementação e análise de novos caminhos para a resolução deste grave problema.

É fundamental que o Estado e a sociedade civil realizem estudos detalhados e padronizados para aprimorar as estatísticas policiais e garantir a transparência das informações. Além disso, a participação popular deve ser incentivada, por meio de ouvidorias, para captar a percepção dos grupos mais vulneráveis sobre a realidade da violência (Blaschke; Menezes, 2020).

Este estudo identificou uma redução no percentual de homicídios a partir de 2018, possivelmente associada à pandemia de COVID-19. Com a crise sanitária global, os países redirecionaram recursos e atenção para o combate ao vírus, impactando significativamente os sistemas de saúde e de segurança pública.

As mortes classificadas como indeterminadas representam uma lacuna significativa nas estatísticas, dificultando o trabalho das autoridades na análise das correlações entre os índices de violência. Esse problema é agravado quando não se identifica o grupo social mais vulnerável ou, mesmo quando identificado, não são adotadas medidas adequadas de segurança pública.

Cerqueira e Lins (2024) destacam que, entre 2010 e 2021, 7,94% das mortes violentas foram classificadas como de causa indeterminada, totalizando aproximadamente 136.805 óbitos. Esse número alarmante compromete a qualidade e a confiabilidade dos registros, uma vez que a ausência de informações precisas sobre a dinâmica dessas mortes impede sua correta inclusão nas estatísticas oficiais do país.

Visto que uma parcela desse percentual corresponde a mulheres agredidas e assassinadas por seus companheiros, é fundamental que as autoridades de saúde, assistência social e segurança pública adotem medidas integradas para enfrentar essa violência. Entre as estratégias possíveis, destacam-se a ampliação de campanhas de conscientização, a otimização de programas de proteção às vítimas e a intensificação de ações para responsabilização e monitoramento dos agressores. Essas iniciativas podem contribuir para a redução dos índices de violência, desde que estejam respaldadas por um sistema de notificação eficiente e condizente com a realidade (Cerqueira; Lins, 2024).

Os estudos ecológicos descritos por Bedaque; Bezerra (2018) constituem uma ferramenta eficaz para a identificação e confirmação de óbitos, pois permitem a correlação entre a incidência de mortes e características específicas da população analisada. Os resultados obtidos podem esclarecer com maior precisão as circunstâncias das mortes, possibilitando a adoção de medidas de intervenção mais efetivas por parte das autoridades.

O estudo do IBGE (2023) destaca a influência do período de coleta de dados sobre a interpretação dos óbitos. A partir de 2020, verificou-se um aumento significativo dessas mortes, atribuído às mudanças sociais decorrentes da pandemia de COVID-19.

O isolamento social imposto pela pandemia forçou muitas mulheres a permanecerem em casa com seus agressores, aumentando sua vulnerabilidade. Esse cenário agravou a subnotificação de óbitos, pois a sobrecarga dos hospitais e dos institutos de perícia dificultou a realização de investigações adequadas. Além disso, os protocolos iniciais priorizavam a redução do manuseio de corpos devido ao risco de contaminação pelo vírus (Cerqueira; Lins, 2024).

Blaschke; Menezes (2020) destacam duas perspectivas sobre a veracidade dos dados. A primeira aponta a necessidade de maior transparência na notificação das mortes para que as autoridades possam direcionar ações de segurança a grupos mais vulneráveis. A segunda enfatiza a importância de estratégias interventivas eficazes, baseadas em evidências, para prevenir e reduzir a violência.

Segundo (Blaschke; Menezes, 2020), os profissionais responsáveis pela determinação da causa da morte devem desempenhar essa função com rigor técnico e responsabilidade. As fichas de óbito constituem documentos oficiais e, uma vez registradas, suas informações não podem ser invalidadas, reforçando a necessidade de precisão e padronização nos registros.

No Estado de Pernambuco, segundo Cerqueira; Lins (2024), os índices de óbitos por suicídio não são bem definidos. Se houver lesões que indiquem agressão prévia ou se relatos da comunidade apontarem antecedentes de violência, a classificação desse óbito deve ser rigorosamente analisada antes de ser confirmada.

A ausência de validação das informações e de investigações aprofundadas contribui para a impunidade dos autores dos crimes, perpetuando o ciclo da violência. Isso impacta diretamente as estatísticas nacionais, uma vez que as mortes violentas não investigadas permanecem subnotificadas. Segundo dados do IBGE

(2023), o Brasil apresenta índices alarmantes de homicídios, evidenciando a urgência de melhorias nos sistemas de registro e investigação de óbitos.

No Estado de Pernambuco, Vasconcelos (2023) identificou um aumento de 19,5% nas MVCI entre 2009 e 2019, especialmente nas notificações mais precisas de óbitos. Os autores destacam que, entre esses óbitos, há homicídios, acidentes e suicídios não identificados, que são categorias distintas de mortes e, portanto, deveriam ser corretamente classificadas dentro de suas respectivas estatísticas.

Os resultados apresentados pela FBSP corroboram a hipótese de subestimação dos dados de homicídios em Pernambuco, possivelmente relacionada ao número de MVCI. Segundo Cerqueira; Lins (2024), nos últimos anos, não houve mudanças significativas na correção das estatísticas de mortes violentas no estado. Pelo contrário, ainda persiste um subdimensionamento estimado em 5,6%. Esse percentual reflete a presença de mortes ocultas, seja pela ausência de informações sobre a motivação do crime, seja pela impossibilidade de identificar o agressor.

Entre 2010 e 2021, aproximadamente 8% das mortes violentas foram classificadas como de causa indeterminada. Cerqueira; Lins (2024) destacam que o aumento dos índices de mortes violentas em Pernambuco está associado à expansão de facções criminosas, principalmente ligadas ao tráfico de drogas. Desde o início dos anos 2000, essas organizações disputam territórios de controle e venda de entorpecentes, especialmente nas grandes cidades.

A partir de 2010, observou-se um processo de interiorização dessas facções, expandindo sua atuação para municípios menores. Como consequência, as mortes violentas sem determinação clara não estão restritas a uma única região do estado, mas se espalham por diferentes localidades.

Os achados de Vasconcelos (2023) corroboram as estimativas de Cerqueira e Lins (2024), indicando um aumento de 19,5% nas MVCI entre 2009 e 2019. Esse crescimento também está refletido no pico de violência descrito pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024.

Cerqueira; Lins (2024) destacam a importância de investigar as mortes violentas não determinadas, especialmente aquelas que ocorrem no ambiente familiar e afetam mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, ressaltam a necessidade de atualização dos dados dos serviços de assistência social para avaliar o nível de exposição dessas mulheres à violência letal.

Muitas mulheres são assassinadas no ambiente doméstico, mas a falta de

preparo dos profissionais responsáveis pela notificação dos óbitos pode levar a classificações equivocadas. Em alguns casos, a morte pode ser atribuída a um desentendimento com o parceiro, quando, na realidade, a vítima já vivia em situação de risco e não recebeu o suporte necessário para denunciar a violência. Essa falha na notificação reforça a ineficiência dos serviços de segurança pública na identificação e prevenção desses crimes.

8 CONCLUSÕES

Os achados deste estudo indicam mudanças na dinâmica dos homicídios em Pernambuco. Até 2017, houve um aumento expressivo nos casos, refletindo possíveis falhas na segurança pública. A partir de 2018, essa tendência começou a se reverter, com uma redução no número de homicídios registrados. No entanto, essa diminuição contrasta com o aumento preocupante das MVCI, evidenciando a necessidade de uma análise mais aprofundada das dinâmicas da violência no estado.

Diante desse cenário, as projeções do FBSP, que ajustam as estimativas de mortalidade violenta considerando as causas indeterminadas, indicam que o número real de homicídios em Pernambuco é superior ao registrado no SIM. Embora as estimativas corrigidas não apontem alterações na tendência temporal dos homicídios, elas evidenciam um subdimensionamento das mortes violentas, estimado em aproximadamente 5,6%. A subnotificação de homicídios, a ausência de padronização nos registros de óbitos e a complexidade das dinâmicas sociais e criminais no estado ajudam a explicar esses achados.

Além disso, a atuação de facções criminosas e a disputa por territórios dificultam a classificação adequada das causas das mortes, contribuindo para o aumento das MVCI.

Este estudo contribui para o entendimento da evolução da violência em Pernambuco ao longo dos anos analisados, reforçando a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre as mortes violentas e suas causas. Os dados apresentados podem servir de base para futuras pesquisas que abordem medidas para a redução da violência e o aprimoramento dos sistemas de registro de mortalidade.

No entanto, este estudo apresenta algumas limitações, como a dependência de dados secundários, que podem conter inconsistências, e a dificuldade de acesso a informações completas sobre as causas dos óbitos. Esses fatores reforçam a necessidade de implementar sistemas de registro mais robustos e padronizados para garantir maior precisão na notificação dos dados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. A. F. **O artigo 121 do Código Penal como caleidoscópio da política criminal brasileira. 2021.** Dissertação Mestrado em Direito, Universidade La Salle, Canoas, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/2249>. Acesso em: 20 ago 2024.
- BLASCHKE, C; MENEZES, J. E. X.; O Princípio da Transparência e os dados sobre Letalidade Violenta no Brasil. **Revista Diálogos Possíveis**, Bahia, v. 19, n. 1, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/590> Acesso em: 28 ago 2024.
- BORGES, D; *et al.* Mortes violentas no Brasil: uma análise do fluxo de informações. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012. Pensando a Segurança Pública - Homicídios no Brasil: Registro e Fluxo de Informações. Brasília: **Senasp/Ministério da Justiça**, ed. 1, v. 1, p. 329-409, 2012. Disponível em: https://lav-uerj.org/wp-content/uploads/2020/06/Mortes-Violentas-no-Brasil_uma-ana%CC%81lise-do-fluxo-de-informac%CC%A7o%CC%83es.pdf Acesso em: 28 ago 2024.
- BRASIL. Declaração de óbito: manual de instruções para preenchimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Acesso em: 1 out 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Mortes por causas externas: qualificação dos registros inespecíficos. **Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Brasília. 2024a. Acesso em: 23 ago 2024.
- CERQUEIRA, D. BUENO, S. **Atlas da violência 2020**. Brasília. IPEA; FBSP, 2020 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 set 2024
- CERQUEIRA, D. BUENO, S. **Atlas da violência 2023**. Brasília. IPEA; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 15 set 2024.
- CERQUEIRA, D. BUENO, S. **Atlas da violência 2024**. Brasília: IPEA, FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14031/12/AtlasViolencia2024.pdf> Acesso em: 01 set 2024.
- CERQUEIRA, D.; LINS, G. O. A. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil entre 1996 e 2021**. Texto para Discussão, 2024.
- CERQUEIRA, D. **Analisando a qualidade dos dados sobre mortes violentas no SIM entre 2010 e 2021**. Rio de Janeiro, IPEA, 2024. Disponível em [file:///C:/Users/pc/Downloads/189539371X%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/189539371X%20(2).pdf). Acesso em 18 ago 2024
- CERQUEIRA, D; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031> Acesso em: 10 set 2024.

CERQUEIRA, D; LINS, G. **Analisando a qualidade dos dados sobre mortes violentas no sim entre 2010 e 2021**. Rio de Janeiro: IPEA, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2997-port> Acesso em 15 ago 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39> Acesso em Acesso em: 10 ago 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 10 ago 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Informações sobre os municípios e estados do Brasil, produzidas pelo IBGE e por outras fontes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em 20 jun 2024

JESUS, T; MOTA, E. **Fatores associados à subnotificação de causas violentas de óbito**. 2010. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

MARINHO, M. F. Como melhorar a qualidade da informação sobre mortalidade? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 22, p.1-3, 2019. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rbepid/v22s3/1980-5497-rbepid-22-s3-e190017.pdf. Acesso em: 25 ago 2024

MESSIAS, K. L. M; *et al.* Qualidade da informação dos óbitos por causas externas em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Ceará, v. 21, p. 1255-1267, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/S4QsYvNTjmB5M4Lgd5yQKjK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 set 2024

MONIZ, M. A; *et al.* Fatores associados à percepção de sobrecarga ao sistema de saúde em função da pandemia de COVID-19. **Revista Contribuciones a las ciencias sociales**, Espanha, v. 16, n. 11, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-162> Acesso em: 04 set 2024.

NATIONAL CANCER INSTITUTE. **Joinpoint Trend Analysis Software**. 2022. Disponível em: <https://surveillance.cancer.gov/joinpoint/> Acesso em: 10 jun 2024.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. Violência homicida no nordeste brasileiro: dinâmica dos números e possibilidades causais. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e controle Social**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 553-572, set-dez 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5638/563866495007.pdf>. Acesso em: 04 set 2024.

OLIVEIRA, A. L. S; LUNA, C. F; SILVA, M. G. P. Homicídios do Brasil na última década: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1925-1934, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TkBkPDsPxpVXbNSYTXmvNYx/?lang=pt>. Acesso em: 12 set 2024.

PINTO, L. F; FREITAS, M. P. S. D; FIGUEIREDO, A. W. S. A. D. Sistemas nacionais de informação e levantamentos populacionais: algumas contribuições do Ministério da Saúde e do IBGE para a análise das capitais brasileiras nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p.1859-1870, jun. 2018.

Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/csc/a/m5CZYFRpcMyPCghNCV855gm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 ago 2024

PREIS, L. C; *et al.* Epidemiologia da mortalidade por causas externas no período de 2004 a 2013. **Rev Enferm UFPE On Line**, v. 12, n. 3, p. 716-728, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/230886>. Acesso em: 10 set 2024.

SANHUEZA, A; *et al.* Homicide among young people in the countries of the Americas. **Rev Panam Salud Publica**. 2023, v. 47, ed.108. Disponível em:

<https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2023.v47/e108/en>. Acesso em: 09 set 2024.

SANTIAGO, M. L. O; NUNES, R. A. L; MACENA, R. H. M. Tendência temporal dos homicídios no Brasil no período de 2000-2019. **Journal of Health and Biological Sciences**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/4140/1519>. Acesso em: 14 set 2024

SOARES FILHO, A. M; DUARTE, E.C; MERCHAN-HAMANN, E. Tendência e distribuição da taxa de mortalidade por homicídios segundo porte populacional dos municípios do Brasil, 2000 e 2015. **Cien Saude Colet**. Brasília, p. 1-10, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ft8V8rbRzxydMdnLrCWv9mg/>. Acesso em: 01 set 2024.

TAVARES, R; *et al.* Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2016, v. 21, n. 3. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2016.v21n3/923-934/pt>. Acesso em: 02 ago 2024.

UNODC. **United Nations Office on Drugs and Crime / Vienna. Global Study on Homicide**. Nova York: UNITED NATIONS; 2023. Disponível em

[https://insightcrime.org/wp-](https://insightcrime.org/wp-content/uploads/2023/08/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf)

[content/uploads/2023/08/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf](https://insightcrime.org/wp-content/uploads/2023/08/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf) Acesso em 02 set 2024

VASCONCELOS, H. M. S. Um olhar sociológico acerca da violência criminal com base no bairro de nova descoberta na cidade do Recife no ano de 2021. UFRPE.

Revista Caboré, v. 6, p. 20-34, 2023. Disponível em:

<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore/article/view/5288/482484848>. Acesso em: 20 jul 2024.